

SUICÍDIO: MUDANÇA DE REGIME¹

SUICIDE: REGIME OF CHANGE

Christian Baudelot*

Roger Establet**

Maurice Halbwachs publica *As causas do suicídio*, em 1930. Muito rapidamente este livro, fundamental, foi esquecido, ao passo que *O suicídio*, de Durkheim, publicado em 1897, não cessou, a partir da década de 1960, de ser reeditado num grande número de países e estudado por todos os pesquisadores interessados pelo suicídio: sociólogos, psiquiatras, antropólogos, economistas, epidemiologistas.

Muito pouco estudado, o livro de Halbwachs é, contudo, fundamental tanto pa-

ra o estudo do suicídio como também por ser um marco na história da sociologia na França. Portanto, era indispensável, ao ser republicado, colocá-lo entre os grandes clássicos da sociologia francesa. Obrigado, e felicitações a Serge Paugam por ter concretizado essa reedição², pois, como ele mesmo sublinha em seu prefácio, esse livro está longe de constituir uma simples atualização, com melhores dados, da obra maior do mestre por um discípulo menor. Na verdade, Maurice Halbwachs faz um

*Professor emérito de sociologia na École normale supérieure.

**Professor emérito na Université de Provence.

1. Publicado originalmente como capítulo intitulado *Suicide, changement de régime*, no livro Maurice Halbwachs, *sociologue retrouvé*, organizado por Marie Jaisson e Christian Baudelot, Éditions ENS Rue d'Ulm, 2007. Agradecemos aos autores Christian Baudelot e Roger Establet, bem como às Éditions Rue d'Ulm, por terem permitido a publicação dessa tradução. [Nota do tradutor José Benevides Queiroz (Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, MA, Brasil. E-mail: jose.benevides@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5622-0163>.

2. Publicada pela primeira vez em 1930, a reedição da obra *Les causes du suicide*, de Halbwachs, faz parte da coleção *Lien Social*, da referida editora, em 2002, e coordenada por Serge Paugam, que também escreve o prefácio "Le suicide revisité: en quoi Halbwachs s'oppose à Durkheim". As referências ao texto de Halbwachs remetem à paginação dessa nova edição.

fundamentado questionamento ao trabalho de Durkheim.

No entanto, o leitor leva algum tempo para perceber, pois a obra parece estar alinhada com a abordagem de Émile Durkheim. O próprio Maurice Halbwachs contribui para essa impressão apresentando-se como um modesto continuador, dispondo somente de melhores dados sobre períodos mais longos, de um maior grande número de países e recorrendo a técnicas estatísticas mais refinadas. De fato, os dados essenciais de Durkheim começam em 1840 e findam em 1891. Maurice Halbwachs os completa, a montante e a jusante, com as séries francesas indo de 1827 a 1920, as alemãs de 1849 a 1913, com os dados ingleses que vão de 1860 a 1926, e as séries italianas de 1864 a 1914. Sem contar a extraordinária qualidade dos dados soviéticos dos anos 1922-1924, que lhe permitem validar empiricamente a hipótese sobre o papel protetor dos filhos, que Durkheim formulou sem poder demonstrá-la. Durkheim estava certo, quanto mais filhos temos, menos nos suicidamos. O método utilizado para analisar o fenômeno retoma aquele que inaugurara o mestre: uma experimentação indireta (“variações concomitantes”) fundada sobre estatísticas, onde as taxas de suicídio são relacionadas com outras dimensões da vida social: status matrimonial, religião, indicadores econômicos. Com boa formação em estatística, Halbwachs não se limita à análise das médias, mas leva também em conta a dispersão em torno da média mensurando os desvios.

Simples aperfeiçoamentos, dirão, pois sua aplicação permite confirmar e completar os resultados obtidos por Durkheim. Aparentemente, inscrevem-se na mesma linha os três breves capítulos que Maurice Halbwachs dedica, no início do seu livro,

aos aspectos do suicídio que Durkheim tinha pouco ou nada tratado: a qualidade das fontes e dos métodos de registro dos suicídios nos diferentes países europeus (Capítulo I); o estudo dos modos de execução do suicídio, como enforcamento, afogamento, arma de fogo, envenenamento, queda de altura etc (Capítulo II); e as tentativas de suicídio (Capítulo III). Nos três casos, essas incursões em domínios até então pouco explorados, confirmam a pertinência das análises durkheimianas: os dados estatísticos estão errados em termos de nível, mas corretos em termos de desvios e variações; a repartição dos modos de execução confirma a “regularidade espantosa” do fenômeno e a ação de forças que não dependem do indivíduo, mas de realidades sociais que ultrapassam-no. As tentativas não podem ser somadas aos suicídios consumados, pois, além da dificuldade de os identificar objetivamente, é impossível provar “que elas correspondem a firmes intenções de se matar” (p. 66).

Um questionamento da explicação durkheimiana

À medida que se avança na leitura do livro, uma dúvida se insinua imperceptivelmente: faltam vários pilares do edifício teórico do fundador da sociologia. O uso tão aguardado do conceito de integração como um elemento explicativo abrangente não ocorre. Em parte alguma é feita qualquer menção à famosa tipologia distinguindo os suicídios em egoísta, altruísta e anômico. Finalmente quebrando o silêncio, o último capítulo aborda diretamente as noções de suicídio altruísta e de anomia. A primeira noção é posta de lado porque se trata de um sacrifício. Ora, suicídio e sacrifício podem constituir “duas espécies do mesmo gênero”, por isso é importante não os confun-

dir pois a sociedade imprime de forma diferente sua marca sobre os dois comportamentos. A sociedade reivindica o sacrifício como sua própria obra, não fazendo o mesmo com o suicídio que ela trata como um produto ilegítimo, sem reconhecer nele a marca de sua ação. Quanto à anomia, conceito fundamental da teoria durkheimiana do suicídio, Maurice Halbwachs a submete a uma crítica minuciosa. A nova sociedade, que emerge ao final do século XIX de todos os abalos induzidos pela industrialização, do êxodo rural e da nova ordem econômica, não é uma sociedade desordenada que só seria regida pelos impulsos ou pelas iniciativas individuais. Longe de ser desregrada e anárquica, a vida social moderna é, de fato, mais normativa que a antiga. Dominada pela lei do mercado que impõe a cada um avaliar “seus serviços, seus trabalhos e seus esforços”, ela é animada por seus ritmos próprios, por suas formas convencionais às quais devemos nos submeter. Determinados aspectos, nos quais ela não se acomoda, são implacavelmente eliminados. Além do que, segundo Halbwachs, os gestos, as maneiras de pensar e de sentir dos homens são regulamentados de modo “mais tirânico” hoje, do que anteriormente, e as paixões são aprisionadas em um único modelo. Portanto, a vida social moderna não é mais desordenada no presente que no passado, ela é somente “mais complicada”. Isso definitivamente condena a capacidade explicativa do conceito de anomia, mobilizada por Durkheim para explicar o crescimento espetacular dos suicídios provocados pela passagem de uma sociedade rural, artesanal e religiosa à sociedade urbana, industrial e laica.

Mas é, sem dúvida, nas últimas páginas do livro, a propósito do papel explicativo das motivações individuais, que se manifes-

ta, com mais clareza, a distância que toma Halbwachs em relação a Durkheim. Isso, para explicar o suicídio, evidentemente, todavia mais amplamente para conceber as relações entre o indivíduo e a sociedade. Desde o início, Durkheim havia retirado de sua análise os motivos subjetivos invocados pelas vítimas para dar sentido a seu ato. Perdas do emprego, falências, miséria, luto familiar, amor contrariado, ciúme, alcoolismo e embriaguez, doenças mentais, desgosto da vida etc. eram, para ele, as “causas aparentes” – razões invocadas mais tarde para explicar ou justificar os suicídios que eram determinados, na verdade, por outras causas: as grandes forças coletivas que operavam o corpo social, incluso a anomia. Para Durkheim, os motivos invocados pelas vítimas como as razões de seus atos exprimem sejam tendências orgânicas (sofrimentos físicos, doenças mentais, alcoolismo e embriaguez) que, nesse caso, não dependem da vida social; sejam idiossincrasias individuais que se neutralizam e se esfumam mutuamente, submersos na massa dos indivíduos. Diversamente, Maurice Halbwachs reabilita-os considerando que os motivos e as circunstâncias individuais “dependem da estrutura do corpo social” e que é necessário encará-los como causas do suicídio por si mesmas, maneira análogo às crenças e os costumes coletivos (p. 2).

Em Durkheim, o individual se opõe ao social como “o reino da contingência e da imprevisibilidade àquele da necessidade, das leis e da ordem” (p. 381). Esta separação, de fato quase material entre duas ordens de realidades, lhe parece ilusória. Com efeito, ele defende que as motivações individuais se relacionam com as causas gerais e que, juntas, formam um sistema. É erro separar arbitrariamente as grandes correntes da vida coletiva dos acontecimentos parti-

culares. As disposições orgânicas que “refinam os sistemas nervosos” e os tornam “muito delicados” têm também causas sociais dado que “não é por acaso que se encontram em maior número nas profissões liberais, industriais e comerciais, e nos grupos urbanos que nos outros” (p. 383). Por outro lado, a distinção entre o indivíduo e a sociedade não tem nada de absoluto, porquanto a sociedade encontra-se no interior do indivíduo. Melhor, a sociedade não existe fora dos indivíduos que a encarnam: “os sentimentos de família, as práticas religiosas, a atividade econômica não são entidades. Eles tomam corpo nas crenças e costumes que unem e relacionam as existências individuais umas às outras” (p. 383). Esta concepção de uma incorporação (“tomam corpo”) da realidade social pelos indivíduos se imporá na segunda metade do século XX graças aos trabalhos de Edward Sapir, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e de inúmeros etnólogos. Porém, desde 1930 Maurice Halbwachs havia lançado as bases discutindo o trabalho de Durkheim sobre o suicídio. Disto resulta uma concepção muito mais complementar e pacífica das relações entre a psiquiatria e a sociologia. Não há duas categorias de suicídios: aqueles que dependeriam de um determinismo orgânico, objeto da psiquiatria, e aqueles que dependeriam de um determinismo social, objeto da sociologia. Cada suicídio decorre simultaneamente dos dois pontos de vista. Conforme colocarmos um ou outro, veremos o efeito de um distúrbio nervoso, que se deve a causas orgânicas, ou uma ruptura do equilíbrio coletivo resultante de causas sociais. É o ponto de vista que cria o objeto.

Esse questionamento aprofundado de um certo número de aspectos importantes da teoria durkheimiana do suicídio ocorre, sem a menor polêmica, no interior de uma

discussão científica exemplar, por sua honestidade intelectual e sua única preocupação de melhor estabelecer e de melhor explicar os fatos. Em nenhum momento, Maurice Halbwachs cede à tentação de usurpar o lugar do mestre apontando as falhas ou as insuficiências de sua obra. Em nenhum momento, tem a pretensão de substituir a teoria elaborada por Durkheim por um sistema explicativo superior que seria o seu: para Durkheim e Halbwachs, os desafios teóricos de um livro sobre o suicídio eram radicalmente diferentes. Em 1897, Durkheim tinha 39 anos, uma tese a demonstrar, uma teoria a desenvolver, uma ciência a construir – a sociologia. Portanto, ele necessita refutar seus predecessores, guerrear contra as ciências concorrentes e afirmar veementemente que só a sociologia é capaz de compreender e de explicar o suicídio em todas as suas dimensões. Gabriel Tarde, seu rival, os psicólogos e os psiquiatras sofrem as consequências dessa empresa pioneira e fundadora, que consiste, para Durkheim, em definir e delimitar um território o mais amplamente possível. Trinta e três anos depois, beneficiando-se do avanço do fundador, Maurice Halbwachs não se sente mais obrigado a criar uma teoria geral do suicídio, nem fazer convergir todos os fatos numa mesma direção. Muito mais sereno e confiante no impulso dado a uma disciplina, cuja possibilidade ou necessidade não tem mais que provar sua existência, ele se interessa mais pelos próprios fatos, sem jamais querer submetê-los, a todo custo, a uma teoria geral preexistente. Enquanto o trabalho de Durkheim foi construído como uma tese, com suas três grandes partes (“três livros”), onde alternavam refutações e demonstrações de grandes princípios (o suicídio é social), o de Halbwachs se apresenta sob um aspecto mais flexível,

com quinze capítulos independentes uns dos outros, onde cada um trata de um problema novo sobre a base dos fatos disponíveis, sem poupar o leitor de dúvidas e hesitações. O edifício construído por Durkheim emerge abalado, certamente, mas fortalecido: livre de seus excessos e ilusões ópticas, é reduzido a suas obras vividas e complementado com novas perspectivas. Quais?

Três pontos nos parecem decisivos na abordagem de Maurice Halbwachs. Trabalhando sobre os dados atuais do suicídio, em escala mundial, nós somos levados a re-ler, à luz de nosso recente trabalho, os grandes avanços de nosso ilustre colega (BAU-DELOT; ESTABLET, 2006).

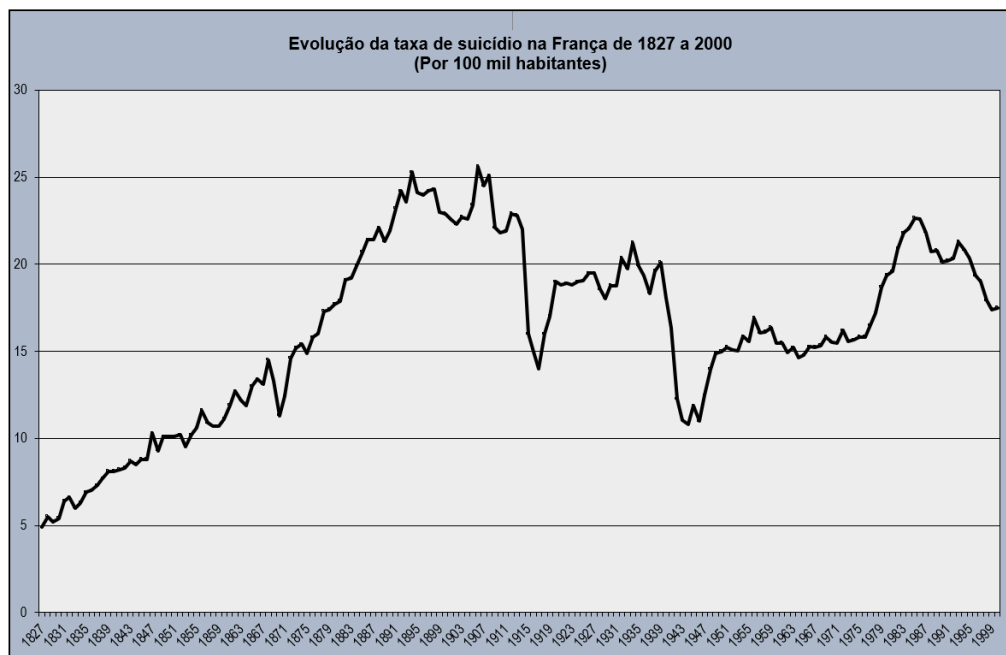
A teoria do máximo

Um dos mais importantes avanços é aquele sobre a evolução do fenômeno. Quatro capítulos inteiros – 4, 5, 6 e 7, ou seja, 82 páginas, 1/5 do livro – são dedicados a atualizar e retrabalhar os dados de Durkheim sobre a evolução global da taxa de suicídio. O exame minucioso dos fatos conduz a uma retificação decisiva.

O suicídio, de Durkheim, concluía com um prognóstico muito pessimista: a análise das causas sociais permite extrapolar, a partir de dados iniciais, a ocorrência de uma alta regular e contínua das taxas, dado que os traços fundamentais das sociedades contemporâneas são todos de fatores agravantes: individualismo, anomia generalizada da economia. Desde a Tabela IX reconstruindo a evolução das taxas de suicídio em onze países europeus, de 1836 a 1925, cuja aná-

lise densa é concluída com o cálculo dos coeficientes de dispersão (Tabela XII), Halbwachs retifica o diagnóstico: em um século, na Europa, a taxa de suicídio aumenta na média, mas, de um país para o outro, a dispersão das taxas diminui (p. 78). A alta desacelera nos países onde o suicídio era inicialmente mais forte, enquanto é mais vivida em outros. Ao mesmo tempo, há uma homogeneização das taxas e tendência a um máximo. O crescimento não é ilimitado. É “essa hipótese” que será apreciada na análise de todos os dados disponíveis nos três capítulos seguintes.

Para a França, a demonstração ocorre com a ajuda da comparação de dois mapas *départementales*³ (provinciais): um de 1872, outro de 1911, com um acompanhamento das taxas regionais de 1872 a 1919. A análise não deixa dúvida: ao longo do período, a localização das taxas de suicídio não mudou. Porém, as diferenças entre as regiões diminuíram de forma contínua e espetacular: a taxa de suicídio no Norte, que era quatro vezes superior àquela do Sul, entre 1827 e 1843, não era mais que duas vezes em 1919. Ao longo do século, a alta foi menor onde o suicídio era muito forte, e bem maior onde era muito fraca. A análise da evolução na Alemanha, na Itália e na Inglaterra conduz ao mesmo resultado: diminuição das dispersões das taxas regionais, lento crescimento nas regiões com taxas mais fortes e, portanto, convergência da alta global em direção a um máximo. E Halbwachs conclui dessa maneira seu Capítulo VI: “assim se verifica exatamente a lei que havíamos formulado” (p. 124), ou seja, o caso parece ter sido resolvido.



Mas Halbwachs retoma o fio de sua demonstração abordando os dados por meio da distinção cidade-campo. Ele mobiliza com minúcia todos os dados disponíveis. Aos conhecidos dados sobre a Alemanha, França, Itália e Inglaterra, ele adiciona as séries suecas, tchecoslovacas e até mesmo soviéticas. A demonstração se efetua em dois planos: numa escala macroscópica, se constata, em todos os países, a diminuição das distâncias entre a cidade e o campo; em seguida, graças a um questionamento cuidadoso dos dados regionais, se verifica que, na Itália, e sobretudo na Inglaterra, as distâncias entre a metrópole regional e sua região rural diminuem mais fortemente quanto maior for a metrópole. O crescimento das taxas de suicídio tende, portanto, ao máximo. O prognóstico durkheimiano é corrigido e aquele de Halbwachs verificar-se-á em todos os países desenvolvidos.

Esse longo reexame do crescimento das taxas de suicídio não comporta redundância alguma. Para Halbwachs, não se trata de verificar uma lei sociológica abstrata, mas de acompanhar o desenvolvimento de um processo em seus detalhes, onde se exprime uma das principais características das sociedades de nosso tempo: o estabelecimento progressivo de um novo “gênero de vida” e a constituição de “uma civilização urbana” (p. 147).

Se esse ponto suscita tanta admiração em nós, por sua virtuosidade técnica, é porque o desenvolvimento subsequente, primeiro confirmou a tendência para o limite máximo das taxas e, em seguida, mostrou uma tendência de queda. Compreende-se, observando essa curva, porque Durkheim, ao publicar sua obra em 1897 (fontes estatísticas mais recentes datam do início dos anos 1890), não viu um fim possível para o crescimento do fenômeno. O período onde

ele concebe seu livro é aquele do ápice, após uma alta forte e contínua ao longo de todo o século. O fim da década de 1920 constitui, para Maurice Halbwachs, um observatório menos dramático. A curva se inverteu alguns anos antes de I Guerra Mundial.

A interação das variáveis⁴

Durkheim baseou grande parte de sua teoria do suicídio sobre o “fato” que os protestantes se suicidavam mais que os católicos. Aqui, pouco importa se bem ou mal ele estabeleceu esse “fato”, pois seus sucessores o analisaram bastante. Sabemos como ele o compreendia: “a inclinação do protestantismo para o suicídio deve estar em relação com o espírito do livre-arbítrio” (DURKHEIM, [1897] 1967, p. 157). Mas o próprio livre-arbítrio resulta do abalo das crenças tradicionais: “...quanto mais um grupo confessional abandona a iniciativa ao juízo dos particulares, tanto mais ausente estará da vida destes, menos coesão e vitalidade terá... a superioridade do protestantismo do ponto de vista do suicídio vem do fato de ser uma Igreja menos integrada do que a Igreja Católica” (p. 159)

A mesma coisa vale para S. J. Krose (o pai), que também faz disso uma questão de crença. Se o catolicismo afasta seus fiéis do ato de se matarem é, segundo ele, porque inspira neles o medo do castigo além-túmulo.

Em razão dos fatos reunidos por Durkheim não parecerem nem bem definidos e nem bem explicados, Maurice Halbwachs retoma esses fatos trinta anos mais

tarde. Esse é o objeto do Capítulo IX de *As causas do suicídio*. A propósito, ressaltamos a grande vantagem que apresenta, de um ponto de vista científico, o método estatístico: deixam traços que são suficientemente objetivos para serem discutidos, aumentados e retomados por outros, inspirados pelas mesmas hipóteses teóricas ou radicalmente diferentes, diante dos olhos de todos. Como nas ciências da natureza, podemos recomençar a experiência quantas vezes forem necessárias.

Inicialmente, Halbwachs observa que, de um ponto de vista estritamente estatístico, é impossível, sobre a base de dados disponíveis, isolar em estado puro o fator religioso, e mensurar sua ação. Em sua época, os únicos dois Estados que apresentavam a dupla propriedade de contar as proporções significativas de protestantes e de católicos, e de determinar a confissão religiosa de seus suicidas, eram a Prússia e a Suíça. Contudo, nesses dois Estados, a diferença entre protestantes e católicos se complica com outras clivagens relacionadas à nacionalidade e ao gênero de vida. Na Prússia, os protestantes são prussianos e os católicos poloneses; os católicos são, na Prússia como na Suíça, mais numerosos no campo, e os protestantes nas cidades. Donde a questão: é por que são polacos ou camponeses, ou é por que são “não protestantes” que os católicos, na Prússia, se suicidam pouco?

Com o objetivo de responder a essa questão, Maurice Halbwachs elabora a Tabela XXXV (p. 210). Bem no meio da tabela, há vários erros de cálculo: o total das taxas mistas dos distritos católi-

4. A expressão é anacrônica, Halbwachs nunca se expressou nesses termos: a noção de variável é muito posterior a ele. No entanto, esta expressão contemporânea é a que melhor reflete sua contribuição.

cos não pode aritmeticamente se elevar a 309. Ele é, de fato, 111⁵. Outro dos grandes méritos da análise estatística: os erros são visíveis e corrigíveis, mesmo 75 anos depois. O estatístico atua com total transparência.

Leiamos-lo nos seus detalhes. O tema da passagem da sociedade rural à sociedade urbana é fortemente desenvolvido. Por outro lado, a atenta leitura de Max Weber atraiu a atenção de Maurice Halbwachs sobre a ligação entre realidade urbana e religião protestante, entre tradicionalismo rural e religião católica. Inicialmente, podemos ler a tabela de Maurice Halbwachs como um esforço no sentido de atualizar uma

variável latente negligenciada pelo seu antecessor. Um exemplo clássico do efeito estrutural nas estatísticas: uma variável pode esconder outra.

Na verdade, a estatística suíça mostra que a taxa de suicídio dos católicos aumenta quando passamos dos cantões agrícolas para os cantões mistos e, em seguida, para os cantões industriais. Com menos amplitude, o mesmo fenômeno afeta a taxa de suicídio dos protestantes. De modo que, na Suíça industrial e urbana as diferenças entre as duas taxas tendem a se aproximar: desvio de 330 (328!) nos cantões agrícolas, de 240 nos cantões mistos, e de 144 (139!) nos cantões industriais.

5. Esse erro não é o único: a coluna da direita (desvio relativo) apresenta mais três outros; é necessário substituir 126, 144 e 330 por 122, 139 e 328, respectivamente.

Os suicídios na Suíça, 1881-1890

Grupos de Distritos	POPULAÇÃO EM MILHARES DE HABITANTES		NÚMERO DE SUICÍDIOS POR 1 MILHÃO DE HABITANTES				Desvio relativo*		
			DISTRITOS PROTESTANTES		DISTRITOS CATÓLICOS				
	Distritos protestantes	Distritos católicos	Taxa	Números relativos	Taxa	Números relativos			
INDUSTRIAIS	alemães...	818	214	257	100	165	100	156	122
	franceses...	291	91	278	147	309	187	126	
	TOTAL...	1.108	305	289	—	208	—	144	
MISTOS	alemães...	457	296	228	100	116	100	197	111
	franceses...	115	70	429	188	151	130	284	
	italianos...	—	96	—	—	66	57	—	
	romanos...	11	—	153	67	—	—	—	
AGRICOLAS	TOTAL...	584	462	266	—	309	—	240	328
	alemães...	111	108	209	100	74	100	281	
	franceses...	47	99	414	198	88	119	470	
	italianos...	—	43	—	—	82	111	—	
	romanos...	11	23	213	102	88	119	242	
SUIÇA	TOTAL...	169	273	266	—	81	—	330	212
	SUIÇA.....	1.861	1.040	280	—	132	—	212	

(*) Os desvios relativos representam a taxa de suicídio dos protestantes, igualando 100 a taxa de suicídio dos católicos

(**) Tabela do livro *As Causas do Suicídio*, com algumas retificações dos autores do presente texto. [N. T.]

Até aí trata-se de uma correção inspirada pelos mesmos princípios que aqueles de Durkheim, e indo no mesmo sentido. Contudo, seria falso limitar a leitura de Maurice Halbwachs a uma experimentação indireta, que isolaria o fenômeno social da urbanização de um lado e o fenômeno social da religião de outro.

Ao contrário, a Tabela XXXV mostra Maurice Halbwachs sensível à interação entre os dois fenômenos. Tendo que explicar a importância da taxa de suicídio nos cantões rurais, ele formula a hipótese de que os protestantes que habitam a zona rural são menos envolvidos com a sociedade rural e mais voltados em direção aos cen-

tros da atividade urbana: “se os protestantes do campo não sofrem no mesmo grau a influência do meio rural, é porque eles não se envolvem por inteiro com esse meio: eles representam nas regiões agrícolas elementos estranhos com suas ocupações e hábitos orientados para as cidades e a indústria” (p. 213). Do mesmo modo que uma pessoa protestante, habitante do meio rural, não é tão rural quanto um católico do mesmo meio, uma pessoa católica do meio industrial encarna menos a sociedade industrial que um protestante inserido nessa realidade.

Maurice Halbwachs não nega, tendo em conta os fatos de que dispunha, que os protestantes se suicidam mais do que os católicos. Assim, ele confirma a intuição durkheimiana. Com uma pequena diferença: para ele, não é somente um caso de livre-arbítrio e de crença. Ele insere a religião em seu meio. Uma religião não existe fora das condições sociais da sociedade que a produz.

Sem dúvida estamos indo um pouco rápido quando, baseando-nos somente nas estatísticas alemãs, concluímos que os protestantes estão particularmente expostos ao suicídio. Pelo próprio fato de ser alemão, o protestantismo alemão apresenta características particulares. Uma vez que as influências religiosas variam de acordo com o meio em que são exercidas, deve-se ter cuidado para não atribuir à religião o que resulta do meio (p. 219).

E a própria religião é uma componente do meio.

É bem difícil [afirma também Durkheim] distinguir os hábitos religiosos e os outros costumes porque eles formam muito frequentemente um todo indecomponível. Por que o camponês é apegado a sua igreja? É por quê é o lugar do culto ou por quê ela

representa aos seus olhos seu vilarejo? Por que ele honra seus mortos e mantém seus túmulos? É por quê ele sonha com a comunidade dos vivos e dos mortos, com a vida futura, ou por quê ele guarda a lembrança daqueles que o precederam, na sua casa, sobre sua terra, e pelo vínculo tradicional com o que representa o passado? Por que o suicídio o horroriza? É por quê é um pecado irremissível ou por quê aquele que se mata se singulariza e morre segundo formas que não são admitidas na comunidade camponesa? Aqui, para que possamos distinguir o que é propriamente religioso e o que não é, necessitar-se-ia que o grupo confessional não se confundisse com uma sociedade não religiosa, que seus ritos e cerimônias não estivessem ligados aos costumes e festas tradicionais e sem qualquer significado transcendente (p. 216).

A *démarche* é exemplar. Só um método estatístico podia colocar em evidência o fenômeno. Uma vez que o fato foi demonstrado, ele possuía duas soluções. Ou ele simplificava a equação e substituía a segunda variável (meio social) pela primeira (religião). Ou, se fazendo econometrista, ele procurava, indo ainda mais longe, decompor o puro efeito da religião e o puro efeito do meio social (cidade ou campo). Hoje, ele disporia das ferramentas estatísticas necessárias.

Recusando se engajar em qualquer uma dessas duas vias, Halbwachs abre uma terceira: ele afirma a indissociável interação entre essas variáveis cujas ações conjugadas carregam a marca de um “meio”. Reduzida às suas dimensões culturais, mais que às transcendentais, a religião apresenta uma unidade com o meio social e o modo de vida. Longe de romper com as explicações de tipo culturalista, ele, ao contrário, abre a via sobre bases perfeitamente sólidas: coloca

em evidência as relações estatísticas regulares, robustas e complexas entre o suicídio, a religião, o país e o modo de vida. E o trabalho está longe de ter terminado.

A relação entre suicídio e riqueza

Ainda que não tenha estudado sistematicamente a relação entre riqueza e suicídio, Émile Durkheim sugere algumas orientações que se inscrevem na sua teoria geral da anomia. As categorias sociais mais pobres suicidar-se-iam menos que outras (a “a miséria protege”, escreve ele), enquanto o suicídio atingiria sua plenitude entre as categorias mais expostas às brutalidades da anomia generalizada da economia moderna. As crises expõem aqueles que já estão no topo, mais vulneráveis à falência. As crises de prosperidade criam novamente ricos sedentos de necessidades infinitas que, por isso, se encontram mais expostos ao risco do suicídio.

[...] O que demonstra melhor ainda que a miséria econômica não exerce a influência agravante que frequentemente se lhe atribui, é que produz de preferência o efeito contrário. Na Irlanda, onde o camponês leva uma vida difícil, as pessoas se matam muito pouco. A miserável Calábria não conta, por assim dizer, com suicídios; a Espanha tem dez vezes menos do que na França. Podemos mesmo afirmar que a miséria protege. Nas diferentes províncias francesas, os suicídios são tanto mais numerosos quanto mais pessoas há que vivem dos rendimentos (DURKHEIM, [1897] 1967, p. 269).

Émile Durkheim fez da crise a principal força explicativa da relação entre suicídio e crescimento econômico. Trinta anos depois, Maurice Halbwachs critica os indicadores

utilizados por Durkheim, em particular o índice de preço que não leva em conta as crises financeiras. Por outro lado, ele ressalta a grande dificuldade de isolar um efeito puramente econômico sobre o suicídio. Analisando a Alemanha da época do salto econômico após 1880 (1880-1913) e, secundariamente, sobre a França, ele mostra que a relação entre suicídio e o movimento dos preços não é a mesma nos dois países. Na Alemanha, o fenômeno é claro: o suicídio baixa quando os preços aumentam e sobe quando os preços diminuem. A tendência é menos nítida na França, onde a variação só se verifica no mesmo sentido em cinco dos nove períodos estudados. Maurice Halbwachs, sobretudo confronta o próprio princípio da análise durkheimiana que faz da crise o móbil único e principal da explicação.

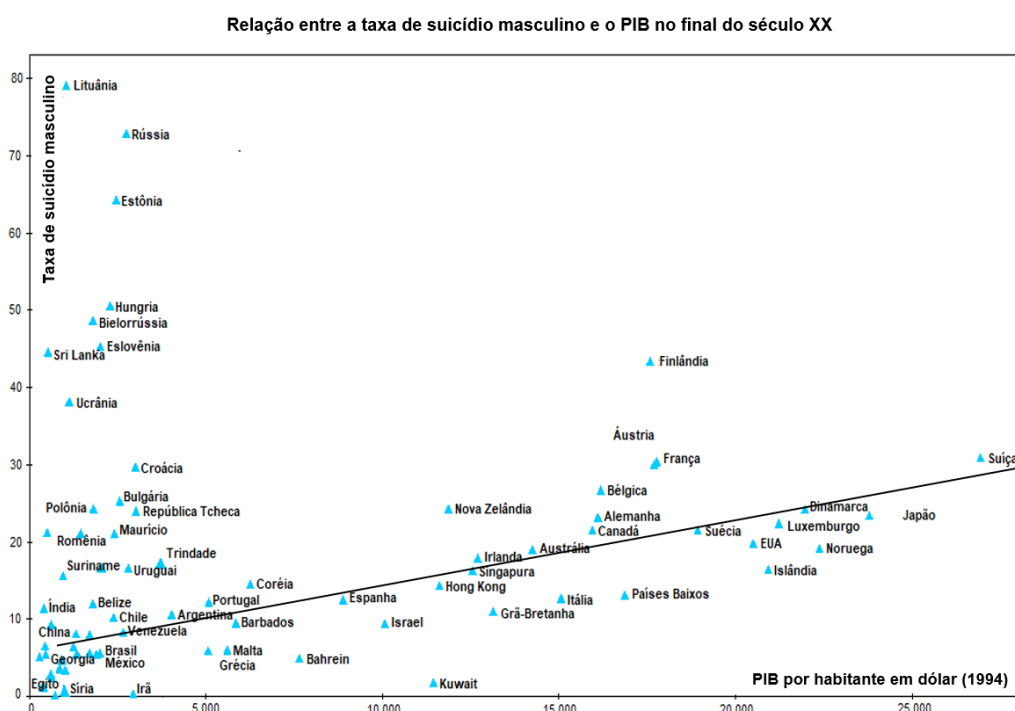
Não é a crise como tal (passagem brusca da alta de preços para preços muito baixos), e sim o período de depressão que sucede à crise que determina um aumento das mortes voluntárias... Não é que a miséria dos trabalhadores desempregados, as bancarrotas, as falências, e as ruínas sejam a causa imediata de muitos suicídios. Mas um sentimento obscuro de opressão que pesa sobre todas as almas, porque há menos atividade geral, em que os homens participam menos de uma vida econômica que os excede e, por sua atenção não está mais voltada para o exterior, preocupam-se mais não apenas com sua aflição ou sua mediocridade material, mas com todos os motivos individuais que podem ter para desejar a morte (HALBWACHS, [1930] 2002, p. 283-284).

Portanto, segundo Halbwachs, os ricos não são os únicos a sofrerem as crises econômicas a ponto de pôr fim aos seus dias.

Hoje, o conjunto de dados mais disponibilizados, mais numerosos e mais precisos de que dispomos confirma o seu diagnóstico, sem, no entanto, dar por inteiramente errada a posição defendida por Émile Durkheim. Atualmente, quando examina-

mos no conjunto dos países do mundo a relação entre a riqueza – mensurada pelo nível do PIB –, e a taxa de suicídio, uma tendência geral se delineia com nitidez: quanto mais rico é um país, mais elevado é o nível de suicídio.

Relação entre a taxa de suicídio masculino e o PIB no final do século XX



Assim, poderíamos imputar as taxas elevadas de suicídio quer à própria riqueza (ociosidade, tédio, saturação de desejos...), quer a uma ou várias realidades sociais que lhes são geralmente associadas: urbanização, espírito de competição, exacerbação do individualismo, envelhecimento da população, baixa fecundidade...

São os países mais pobres, Egito, Peru, Síria, Nicarágua, Equador, China e até mesmo a Índia, onde as taxas de suicídio são

as mais baixas. Os países africanos não são apresentados, pois faltam dados sobre o suicídio deles. No entanto, também comete-se suicídio lá – estudos feitos por Paul Bohannan na Nigéria, em Uganda e no Quênia atestam isso (BOHANNAN, 1967). Quando calculadas para determinadas populações, as taxas são baixas: elas variam entre 5 a 10 suicídios por 100.000 habitantes. Dessa forma, poderíamos fazer coro com Durkheim: “a miséria protege”. As variações na taxa de

suicídio constituiriam uma espécie de compensação moral para as tristes desigualdades de riqueza nessa realidade carente. *Ex egestate nascitur virtus*.

Contudo, essa visão moralista não resiste às estatísticas dos países mais ricos. Não é nas regiões centrais e urbanas desses países que o suicídio é mais forte, mas, ao contrário, nas periferias mais pobres. Assim, nos Estados Unidos, os estados mais urbanizados e mais ricos – em torno de Chicago, São Francisco, Los Angeles, Nova York –, apresenta as taxas de suicídio mais baixas, enquanto o suicídio grassa particularmente nos estados mais pobres e menos representativos do *American way of life*. Nos Estados Unidos, riqueza e suicídio variam em sentido inverso.

É também o caso de Birmingham e de Manchester, as cidades mais devastadas pela desindustrialização e tornadas célebres pelos filmes de Ken Loach, onde as taxas de suicídio são as mais elevadas. Na França, é nas províncias mais ricas que a incidência do suicídio é mais baixa. O mesmo vale para as 42 prefeituras japonesas. E em todo lugar onde dispomos de estatísticas sobre a profissão dos suicidas, é na base da escala social que hoje o suicídio atinge sua plenitude.

Os dados, portanto, nos confrontam com uma contradição: se nos limitarmos às estatísticas internacionais, logo concluiremos que a riqueza tem um efeito massivo sobre o suicídio. O desenvolvimento econômico levaria, por meio de suas consequências diretas e indiretas, à desesperança em relação à vida e ao desespero engendrado pelas forças morais mais diretamente associadas ao progresso. Estaríamos, então, em consonância com as explicações e preocupações de Durkheim, que identificava no desenvolvimento das sociedades modernas de fins do século XIX as “correntes suici-

dógenas”, em grande parte alimentadas pela destruição das proteções proporcionadas pelas comunidades tradicionais – paróquia, família, povoado – e a autonomia crescente das iniciativas individuais, cujos níveis de aspiração se elevariam, sem entraves, em todos os domínios da vida: riqueza, sexualidade, pensamento racional... Porém, os dados nacionais disponíveis sobre os países mais ricos vão no sentido inteiramente contrário: é nas regiões e nas categorias largadas à própria sorte pelo desenvolvimento que o suicídio é mais forte. Halbwachs teria, desse modo, acertado em cheio. De fato, se as crises de prosperidade aumentavam os riscos da pessoa se matar, os suicídios deveriam ter aumentado fortemente durante os Trinta Anos Gloriosos (1945-1975) e diminuído em seguida. É exatamente o contrário o que observamos. A quase estagnação da taxa de suicídio no curso de trinta anos de forte crescimento também vai contra a conclusão baseada na relação sincrônica entre o PIB e a taxa de suicídio internacional (mais um país é rico, mais alta é a taxa de suicídio...). Na França do século XX, é o aumento do poder de compra que protege do suicídio e sua retração que o faz se elevar. Quando o poder de compra estagna, o suicídio baixa; ele estagna também quando o poder de compra aumenta forte e rapidamente; ele sobe quando o poder de compra se deteriora. Ainda é difícil tirar conclusões definitivas dessa constatação, exceto que a afirmação peremptória de Durkheim de que “a miséria protege” não é verdadeira na França do século XX, e que Maurice Halbwachs antecipou em grande parte os resultados que podem ser obtidos hoje em uma sociologia contemporânea do suicídio. O período em que ele publica *As causas do suicídio* é precisamente aquele onde o fenômeno do suicídio se modifica, atingindo

tanto os segmentos mais pobres quanto os mais ricos. Não era a mesma coisa no século XIX, quando os ricos estavam fortemente expostos ao fenômeno. O mesmo não acontecerá na segunda metade do século XX, quando o suicídio atinge majoritariamente os segmentos mais carentes. Hoje, a taxa de suicídio é mais forte nos grupos sociais e nas regiões onde a expectativa de vida já é muito baixa.

Colocando em relevo somente as relações do indivíduo com o grupo, Durkheim localizou a causalidade social do suicídio no plano das interações individuais, para o suicídio por falta de integração; e no domínio da psicologia individual, para o caso do suicídio anômico. O indivíduo perde então os referenciais que lhe permitiam ajustar seus comportamentos às regras em vigor no seu grupo social, e de regular seus desejos de acordo com as possibilidades de satisfazê-los. O fundador da sociologia, neste sentido, subestimou bastante a existência de um substrato orgânico, em grande parte produzido pelos condicionantes econômicos e sociais, suscetível de alterar esses vínculos ou desorientar os indivíduos. Sem dúvida, ele faz referência às crises econômicas, aos movimentos dos preços, às falências etc., mas permanece num plano muito genérico e nunca ele leva em conta as condições materiais de vida e trabalho dos indivíduos. E, quando Durkheim fala de saúde mental, é para afirmar que não existe relação alguma entre o suicídio e a loucura, o suicídio e a neurastenia, o suicídio e o alcoolismo. Dados acumulados ao longo de um século pelos epidemiologistas, médicos, psiquia-

tras, ergonomistas e sociólogos do trabalho de todos os países contradizem essa última hipótese. Há uma ligação entre suicídio e transtornos psiquiátricos, suicídio e alcoolismo, mas esses estados e esses sintomas nunca são as causas necessárias e suficientes do suicídio, já que eles só aparecem em contextos econômicos e sociais bem particulares.

Todos os novos dados incitam a intercalar um novo elo na cadeia de causalidade conectando “o social” ao suicídio individual. Esse novo elo seria aquele dos efeitos produzidos pelas condições materiais de vida e de trabalho sobre o estado de saúde psíquico e mental dos indivíduos, isto é, sobre seus próprios corpos. Não retornamos a uma explicação em termos de causalidade biológica, fazendo do estado do organismo a causa do suicídio. Ao contrário, permaneceremos no quadro de uma explicação sociológica, tal como inaugurada por Durkheim, ampliando somente o espectro das variáveis sociais levando em conta as patologias mais diversas que afetam os indivíduos, de acordo com o lugar que eles ocupam no espaço social e profissional. Hoje, ninguém mais pode considerar o corpo como uma realidade natural sujeita apenas às leis da biologia. Hoje, nossos corpos são estruturados e moldados pela vida social, que chega até a determinar sua duração. É nesse sentido que Halbwachs já trata a morte como um fenômeno social, estimando que a idade em que ela ocorre resulta, em grande parte, das condições de trabalho e de higiene, do cuidado com a fadiga e das doenças, em suma, de condições sociais e fisiológicas.

Dois pontos cegos: o sexo e a idade

Tomados de admiração com a clarividência de Maurice Halbwachs, que percebe – fato excepcional nos sociólogos! –, as profundas transformações do fenômeno do suicídio no preciso momento em que elas ocorrem, discernindo o deslocamento do seu centro de gravidade das cidades para as zonas rurais, de ricos para pobres etc., ficamos muito surpresos pelo seu quase silêncio em relação a duas variáveis que acusam, desde que são medidas, as mais fortes variações no suicídio: o sexo e a idade. As enormes diferenças nas taxas de suicídio entre homens e mulheres, jovens e velhos, ele não diz nada ou quase nada, porque os considera, tal qual Durkheim, como fatos da natureza, fora do âmbito da sociologia. Como todos os intelectuais de seu tempo, esse espírito pioneiro padece ainda, em 1930, de sérias dificuldades para considerar o sexo e a idade

de como variáveis sociais. No entanto, devemos precaver-nos contra os anacronismos! Nosso “espanto” e sua “cegueira” devem ser relativizados pelo fato de que os trabalhos dos etnólogos, como os de Margaret Mead e Ruth Benedict, e, *a fortiori*, os combates dos movimentos feministas e o desenvolvimento dos *gender studies* são posteriores à Segunda Guerra Mundial. Este silêncio de Halbwachs tem o mérito de nos lembrar o caráter de grande novidade se levar em consideração as dimensões sociais do gênero. A evidência “natural” para os sociólogos de hoje, é fruto do combate implacável do conhecimento contra as “evidências naturais” das diferenças biológicas entre os sexos e de lutas políticas dos movimentos feministas. No entanto, as duas variáveis, sexo e idade, não recebem dele o mesmo tratamento. Maurice Halbwachs mostra-se mais informado sobre o sexo do que sobre a idade.

Tabela A*

Idades	HOMENS			COEFICIENTES DE PRESERVAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SOLTEIROS			MULHERES			COEFICIENTES DE PRESERVAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SOLTEIROS		
	Solteiros	Casados	Viúvos	Dos Casados	Dos Viúvos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Das Casadas	Das Viúvas		
INTERIOR (Province)												
15-20	100	400		0,25		67	36	375	1,86	0,17		
20-25	214	95	153	2,25	1,39	95	52	76	1,82	1,25		
25-30	365	103	373	3,54	0,97	122	64	156	1,90	0,78		
30-40	590	202	511	2,92	1,15	101	74	174	1,36	0,58		
40-50	976	295	633	3,30	1,54	147	95	149	1,54	0,98		
50-60	1 445	470	852	3,07	1,69	178	136	174	1,30	1,02		
60-70	1 790	582	1 047	3,07	1,70	163	142	221	1,14	0,73		
70-80	2 000	664	1 252	3,01	1,59	200	191	233	1,04	0,85		
Mais de 80	1 458	762	1 129	1,91	1,29	160	108	221	1,48	0,72		
Médias dos coeficientes de preservação				2,88	1,45				1,49	0,78		
REGIÃO DO SENA (Seine)												
15-20	280	2 000		0,14		224						
20-25	487	128		3,80		196	64		3,06			
25-30	599	298	714	2,01	0,83	328	103	296	3,18	1,10		
30-40	869	436	912	1,99	0,95	281	156	373	1,80	0,75		
40-50	985	808	1 459	1,21	0,67	357	217	289	1,64	1,23		
50-60	1 367	1 152	2 321	1,18	0,58	456	353	410	1,29	1,11		
60-70	1 500	1 559	2 902	0,96	0,51	515	471	637	1,09	0,80		
70-80	1 783	1 741	2 082	1,02	0,85	326	677	464	0,48	0,70		
Mais de 80	1 923	1 111	2 089	1,73	0,92	508	277	591	1,83	0,85		
Moyennes des coefficients de préservation				1,56	0,75				1,79	0,93		

(*) Esta tabela é a Tabela XXII, do livro O Suicídio (1897), que faz a "comparação da taxa dos suicídios por milhões de habitantes de cada grupo de idade e de estado civil na Região do Sena (*Seine*) e no Interior (*Province*). [N. T.]

Tabela B*

Proporção dos suicídios em cada grupo de idade e de estado civil na França, na Região do Sena (*Seine*) e no Interior (*province*), entre 1889 e 1891 (Números Relativos).

Idades	HOMENS (interior)					MULHERES (interior)				
	Casados	Solteiros	Viúvos	Viúvos	Solteiros	Casadas	Solteiras	Viúvas	Viúvas	Solteiras
20 à 25	100	225	161	100	139	100	182	146	100	125
25 à 30	100	354	362	100	97	100	190	245	100	78
30 à 40	100	292	254	100	115	100	136	235	100	58
40 à 50	100	330	222	100	154	100	154	157	100	98
50 à 60	100	307	182	100	169	100	130	128	100	102
60 à 70	100	307	180	100	170	100	114	156	100	73
Idades	HOMENS (Sena)					MULHERES (Sena)				
	Casados	Solteiros	Viúvos	Viúvos	Solteiros	Casadas	Solteiras	Viúvas	Viúvas	Solteiras
20 à 25	100	380	—	100	—	100	306	—	100	—
25 à 30	100	201	240	100	83	100	318	286	100	110
30 à 40	100	199	210	100	95	100	180	239	100	75
40 à 50	100	121	180	100	67	100	164	133	100	123
50 à 60	100	118	201	100	58	100	129	116	100	111
60 à 70	100	96	186	100	51	100	109	135	100	80

(*) Esta tabela é a segunda parte da Tabela XXV, do livro *As Causas do Suicídio* (1930). [N. T.]

Ofélia realmente cometeu suicídio?

Halbwachs começa retomando a questão lá onde Durkheim havia deixado: a famosa Tabela XXII, de *O suicídio*, da página 204, que cruza a taxa de suicídio com o sexo, a idade, o estado civil e o lugar de residência (Paris ou província). E, com grande genialidade, Halbwachs a faz passar por uma transformação estatística (Tabela XXV, p. 152), igualando a 100 o suicídio dos cônjuges de cada idade e dos dois sexos (Tabelas A e B).

Essa nova apresentação dos dados lhe permite refletir sobre a idade igual e o sexo idêntico, e confirmar, reencontrando-as, as grandes conclusões de Durkheim relativas à proteção que assegura o casamento e, mais amplamente, a família. No entanto, esta apresentação tem o grande inconveniente de fazer desaparecer os dois principais efeitos legíveis na tabela inlapiada publicada por Durkheim, que ele não comenta: o crescimento exponencial da taxa de suicídio com a idade e a proteção da qual desfrutam as mulheres, que frequentemente se suicidam 3/4 de vezes menos que os homens.

A variável homens/mulheres é pura e simplesmente escamoteada. Nada, nenhuma linha ou palavra, sobre o efeito do sexo sobre o suicídio, qualquer explicação em termos de gênero. Contudo, ele retorna à questão de maneira oblíqua no capítulo dedicado à questão das tentativas.

Estatístico mais cosmopolita que Durkheim, Halbwachs bem sabe que, em todos os países observados, as regularidades estatísticas se expressam no masculino e no feminino. Ele recusa firmemente o forte naturalismo de Morselli, que vê no número maior de suicídio masculino a prova que o homem “tem mais vontade e força de caráter” que “a mulher, cujo sistema nervoso

é mais impressionável” (DURKHEIM *apud* HALBWACHS, 2002, p. 54). Halbwachs lembra que o suicídio tem causas sociais, “os homens e as mulheres não ocupam os mesmos lugares e não exercem as mesmas funções na sociedade, e parece muito natural que a tendência ao suicídio não seja igualmente forte entre os dois sexos” (HALBWACHS, 2002, p. 54).

Impressionado pela disparidade observada entre os dois sexos, Halbwachs é, por um momento, tentado por uma possível explicação: o número maior de suicídios dos homens seria uma ilusão de ótica. Contudo que levemos em consideração os suicídios consumados e as tentativas de suicídio, a diferença entre homens e mulheres se reduz notavelmente, já que as tentativas são massivamente atos das mulheres. Halbwachs amplia os dados nesse sentido, estabelecendo uma estatística europeia dos modos de perpetração. Em toda parte, os homens utilizam os modos mais infalíveis: a corda ou a arma de fogo. Mas, enquanto sociólogo moderno, sem as precauções de Durkheim em relação à psicologia, certamente leitor de Freud ou da literatura alemã na qual se inspira, ele conclui esses parágrafos de dúvida sobre os dados com uma dúvida sobre a dúvida. Ele convoca, então, Shakespeare e Dante baseado na sua dúvida sobre uma passagem muito original na qual ele se questiona se o suicídio emblemático de Ofélia não foi, no fundo um simples acidente...

Exteriormente, nada parece mais a um suicídio verdadeiro do que certos suicídios simulados, e a um suicídio simulado do que certos suicídios verdadeiros. Mas os próprios atores estão mais seguros a esse respeito do que os espectadores? Releiamos, em *Hamlet*, a narração da morte de Ofélia. “Na margem da vizinha ribeira cresce um salgueiro, cuja prate-

ada folhagem se reflete nas águas cristalinas. Tua irmã aproximou-se daquele sítio, sempre tecendo grinaldas de rainúnculos, urtigas, malmequeres, e dessas flores a que os nossos pastores dão um nome bem grosseiro, mas que as nossas castas donzelas denominam poeticamente *dedo da morte*. Quando procurava ornar com as suas inocentes grinaldas as argêntas frondes do salgueiro, oh! desgraça! descuidosa foi envolvida na corrente, cercada dos ornatos que lhe serviam como de coroa virginal. Algum tempo suspensa pelas vestes sobre a corrente, assemelhava-se à seareia, cantando incoerentes trechos, inconsciente do próprio risco, como se estivesse no seu nativo elemento. Mas tudo tem um fim, e em breve, soçobrando pelo peso das encharcadas vestes, cessou de cantar, e tornou-se cadáver levado pela corrente”. Se ela tivesse instintivamente se agarrado aos juncos da margem, se tivéssemos chegado a tempo de retirá-la, ela poderia dizer se havia escorregado por acaso, se havia procurado a morte, se a tinha aceitado, se sua desorientação foi em parte simulada? Alguma vez sabemos que estamos inteiramente engajados no ato supremo? Talvez a pessoa que tenha decidido acabar com sua vida sinta um compromisso consigo mesma. Ou, melhor, obedece a uma lógica irresistível. Mas nunca podemos ter a certeza de que não seremos dispensados, no último momento, de cumprir um compromisso deste género, e que a lógica não estará errada. Quando os mais desesperados, no momento em que a vida lhes escapa, estendem a mão para contê-la, é apenas uma reação orgânica, ou é um chamado dos poderes mais profundos e iluminados do ser? Certamente, não há uma medida comum entre aqueles que, determinados a morrer, tomam as precauções necessárias para que não possam ser parados antes de atingirem seu objetivo, nem os trazer de volta à vida, e outros que só querem brin-

car com a morte e não a enfrentar bravamente. Só aos primeiros pertencem a designação de “violentos contra si mesmos”. Só eles são dignos dos suplícios cruéis, mas patéticos e tocantes, que Dante lhes reserva na floresta dolorosa. Para os outros, o seu lugar seria à entrada dos círculos do inferno, entre aqueles que não sabem decidir-se e que, como único castigo, foram privados para sempre da esperança de morrer (p. 61-62).

Portanto, a hipótese apresentada é rejeitada em benefício da dúvida. E o dossiê encerrado. A história ulterior das discrepantes variações, a sua persistência, ou mesmo o seu aprofundamento nos países ocidentais, nos levam hoje a olhar de perto os diferenciais nos investimentos dos homens e das mulheres, na família e na carreira profissional. Envolvidas na competição econômica e nos imprevistos da vida profissional, relacionando-se ainda com o encargo do trabalho doméstico e sua gestão, as mulheres não alinharam seu comportamento ao dos homens. Todas as desigualdades, que até este momento as protegem do suicídio, testemunham, à sua maneira, as diferenças fundamentais que ainda hoje separam os status sociais dos homens e das mulheres. A participação das mulheres no trabalho se distingue nitidamente daquela dos homens, está inteiramente organizada em torno do poder, do dinheiro e da preocupação em deixar uma marca duradoura de seu trabalho. Elas são muito mais sensíveis aos aspectos cotidianos de suas atividades profissionais, que vivenciam de um modo pessoal, e levam mais em conta o interesse imediato pelo conteúdo de seu trabalho (“Eu me envolvo no meu trabalho porque me interessa”) e a atenção que lhes é dada enquanto pessoa (“Sinto que estou sendo escutada e aprecio isso”). O contato humano, o prazer experi-

mentado em colocar-se a serviço dos outros, mais parece responder a uma concepção feminina do trabalho. Para avaliar como um “bom trabalho”, os homens enfatizam a questão do salário, enquanto as mulheres a questão dos horários. É claro que essas diferenças de julgamentos são, em grande parte, o produto de uma desigualdade objetiva, estrutural, ligada ao comprometimento das mulheres no trabalho doméstico (BAUDELOT *et al.*, 2003), cuja participação na vida profissional não as desincumbiu em nada (ou muito pouco...). As distâncias observadas nos países ocidentais se esfumam na região do Pacífico e se invertem na China, único país do mundo onde a taxa de suicídio das mulheres supera a dos homens. Prova última, se ainda fosse necessária, das dimensões sociais do gênero...

Idade, silêncio absoluto

O aumento da expectativa de vida, a invenção da terceira idade, o maltrato social (desemprego, trabalhos ocasionais, baixos salários, precariedade...) infligido aos jovens pelas transformações brutais relacionadas às crises do petróleo levaram os sociólogos a renovarem o olhar sobre as idades, a proporem várias teorias, a diversificarem seus pontos de vista sobre o que está em jogo entre jovens e velhos, as solidariedades entre gerações num contexto de rivalidades entre os grupos. Nada parecido com a época de Halbwachs.

Com efeito, o último quartel do século XX abalou a relação daquilo que por mais de 150 anos de estatísticas mundiais havia-se considerado como um dado universal: o crescimento regular da taxa de suicídio com a idade. Desde o início do século XIX, e em quase todos os países que dispõem de estatísticas, a tendência não sofria exceção

alguma. Os jovens pouco punham fim aos seus dias, enquanto, à medida que envelheciam, a proporção de pessoas que passavam ao ato aumentava segundo um perfil quase linear. Impondo-se a todos com a força de uma evidência natural, a relação era pouco comentada. Ela era tão simples e tão universal que se tornava transparente. Apesar das distâncias que observava entre os suicídios dos mais jovens e dos mais velhos, ultrapassando significativamente em amplitude todos aqueles que constatava no que dizia respeito ao estado civil, à religião ou à urbanização, Émile Durkheim (1897) nunca considera a idade como uma variável social propriamente dita. No crescimento do suicídio com a idade, ele vê somente uma confirmação suplementar do caráter social do fenômeno: as chances de se suicidar aumentam com o tempo que se passa na sociedade, é na vida social e nos efeitos a longo prazo de sua ação sobre os indivíduos que é necessário procurar as causas do suicídio e não na natureza ou na biologia. “Como atribuir, por conseguinte, assim à hereditariedade uma tendência que só surge no adulto e que a partir dessa idade adquire cada vez mais força à medida que o homem avança na sua existência?” (DURKHEIM, [1897] 1967, p. 80). Halbwachs é ainda menos loquaz que seu predecessor sobre esse aspecto do suicídio, ele não diz uma palavra.

Muito mais atentos hoje aos efeitos da idade e da geração sobre todos os aspectos da vida social, demógrafos, sociólogos e economistas consideram de modo diverso as variações da taxa de suicídio, segundo a idade, como particularmente significativas. Assim, eles propuseram várias explicações para o aumento quase linear do risco de suicídio ao longo dos anos. A mais corrente delas confirma, à sua maneira, o princípio da explicação durkheimiana; ela equi-

para o envelhecimento à uma “morte social” (GUILLEMARD, 1972)⁶, as pessoas idosas acumulam os fatores favoráveis ao suicídio. À fragilização dos vínculos que unem o indivíduo aos grandes centros de integração, que são a família (saída de casa dos filhos, isolamento, viuvez...) e a atividade profissional (aposentadoria, sentimento de inutilidade, perda do uso regulamentado do espaço e do tempo proporcionado pelo vai e vem entre casa e trabalho etc.), acrescentava-se, até a um passado recente, o empobrecimento e a precariedade material. Para determinados economistas, o suicídio pode então se tornar uma mediação racional entre os custos e os sofrimentos previsíveis de um futuro sombrio, e os escassos ganhos esperados do tempo que resta para viver (HAMERMESH, 1974). O benefício esperado do futuro é menor que o da libertação dos males proporcionados pela morte. Tanto que, numa idade avançada, a esperança de vida se reduz a um sofrimento, a quantidade de existência a sacrificar torna-se muito inferior à que deve consentir um adolescente ou um jovem de vinte anos. Esta elevação do risco de suicídio com o avanço dos anos era relacionada com as diferentes condições materiais associadas à velhice, no século XIX e na primeira metade do seguinte. A velhice era frequentemente um naufrágio econômico e físico, enquanto os jovens tinham direito a perspectivas ricas no futuro. As teorias do bom senso reforçaram assim um dos fatos mais robustos estabelecidos pela sociologia do suicídio, que estava se tornando monótona por não variar nem no tempo nem no espaço.

Seja como for, eis que, ao longo da década de 1970, essa boa e antiga institui-

ção, com um século e meio, se desconstrói brutalmente sob os golpes de um duplo movimento: o suicídio dos jovens aumenta e o dos idosos diminui. Os dois fenômenos acontecem ao mesmo tempo: eles estão estreitamente ligados e devem ser analisados em conjunto. De fato, hoje, entre jovens e idosos aprofunda-se um fosso que separa, de um lado, aqueles que acumulam os maiores atributos do poder social e, de outro, aqueles que concentram em suas mentes a maioria das deficiências.

Uma sociologia da desesperança

Na análise do suicídio, como na história da sociologia francesa, a obra *As causas do suicídio* representa uma contribuição maior. Neste livro, Halbwachs demonstra a fecundidade cumulativa e retificativa do método estatístico. Retomando 33 anos depois o dossiê aberto por Durkheim, ele o atualiza, corrige e completa. Ao mesmo tempo que ele continua a obra de Durkheim rejuvenescendo-a, ele lega aos seus sucessores, durante o período entre as duas grandes guerras, um estado da arte prefigurando uma grande parte das evoluções ulteriores. Tão convencido, como o seu predecessor, da necessidade de objetivar os fatos e de romper com as representações do senso comum, Halbwachs alia a esta empresa de distanciamento uma aproximação com os dados imediatos da experiência. A noção de desespero desempenha aí um papel central, substituindo assim o par de forças muito abstratas consideradas por Durkheim: a integração e a regulação. Renunciando à distinção absoluta entre o social e o individual, Halbwachs reintroduz no seu lugar as dimensões subjetivas que as vítimas dão ao seu ato.

6. *La Retraite: une mort sociale*: este é o título atribuído, no início dos anos de 1970, a uma obra de A-M. Guillemand, consagrada aos aposentados de fins da década anterior.

Ele torna então possível uma cooperação entre os sociólogos e os psicólogos, os psiquiatras e os psicanalistas, cada um buscando implementar seus próprios princípios de explicação, nenhum ponto de vista sendo exclusivo do outro, sobretudo, o ponto do suicídio – aquele que Halbwachs fixa no mapa das sociedades ocidentais de sua época, e que continua a ser, para todos os exploradores que lhe sucederão, um amargo indispensável para traçar o seu próprio caminho num mundo que não pára de se transformar.

Referências

BAUDELLOT, C. ESTABLET, R. Suicide. L'envers de notre monde. Paris: Le Seuil, 2006.

BAUDELLOT, C.; GOLLAC, M.; BESSIÈRE, C.; COUTANT, I.; GODECHOT, O.; SERRE, D.; VIGUIER, F. Faut-il travailler pour être heureux? Paris: Fayard, 2003.

BOHANNAN, P. African homicide and suicide. New York: Atheneum, 1967.

DURKHEIM, É. Le suicide. [1897]. Paris: PUF, 1967.

GUILLEMARD, A-M. La Retraite: une mort sociale. Paris: PUF, 1972.

HALBWACHS, M. Les causes du suicide. [1930]. Paris: PUF, 2002.

HAMERMESH, D. SOSS, N. An economic theory of suicide. In: Journal of Political Economy, v. 82, n. 1, p. 83-98, 1974.

JAISSON, M. BAUDELLOT, C. (Orgs.) Maurice Halbwachs, sociologue retrouvé. Paris: Éditions Rue D'Ulm, 2007.

PAUGAM, S. (Org.) Prefácio. Le suicide revisité: en quoi Halbwachs s'oppose à Durkheim. In: HALBWACHS, Le causes du suicide. [1930]. Paris: PUF, 2002. (Coleção Lien Social)

Recebido em: 03/07/2021

Aprovado em: 03/09/2021

Esta publicação foi composta na
família tipográfica Rotis e veiculada
digitalmente.
